



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Ciências da Saúde - FS
Departamento de Nutrição
Trabalho de Conclusão de Curso

**MUDANÇAS NAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E NO
AMBIENTE ALIMENTAR DE ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL COM A
PANDEMIA DE COVID -19**

Amanda Soares Matos - 180051768

Brasília - DF
2022

AMANDA SOARES MATOS - 180051768

**MUDANÇAS NAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E NO
AMBIENTE ALIMENTAR DE ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL COM A
PANDEMIA DE COVID -19**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Nutrição da Universidade de
Brasília, como parte dos requisitos necessários
à obtenção do título de Nutricionista.

Orientadora: Prof.^a Dra Maria Natacha Toral
Bertolin

Brasília - DF
2022

INTRODUÇÃO

Descreve-se como ambiente alimentar escolar os locais disponíveis aos estudantes em que os alimentos são adquiridos e consumidos dentro ou ao redor das escolas (bares, restaurantes, lanchonetes, supermercados, vendedores ambulantes). Este não se limita apenas ao espaço físico, pois as ações de marketing, anúncios e propagandas associadas à alimentação também integram tal ambiente (FAO, 2019).

De acordo com a Pesquisa de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2019, aproximadamente 48% dos estudantes analisados consomem alimentos e/ou bebidas dos pontos de vendas próximos às instituições e cantinas (IBGE, 2021). Porém, considera-se que a qualidade nutricional dos alimentos comercializados nestes locais é baixa, tendo em vista que grande parte destes produtos possuem uma densidade energética elevada, alto teor de açúcar, gordura e sódio, além de serem pobres em fibras, vitaminas e minerais (WOGNSKI *et al*, 2019).

O acesso a esses alimentos ultraprocessados nas escolas e proximidades contribui para a classificação de um ambiente considerado obesogênico, pois o excesso no consumo destes tem grande influência no ganho de peso dos escolares (DANTAS; SILVA, 2019). Ademais, o consumo de alimentos ultraprocessados pode contribuir para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) na vida adulta, como câncer, diabetes mellitus tipo 2 e hipertensão arterial (MONTEIRO *et al*, 2019).

A fase escolar tem um grande impacto na vida do indivíduo, em função da intensa interação e vivência social, o que proporciona o desenvolvimento das suas competências e habilidades (OLIVEIRA *et al*, 2018b). Congruente a isso, está a formação dos hábitos alimentares, já que a alimentação, além de ser uma ação fisiológica, é fortemente influenciada pelas pessoas e pelo ambiente em que se está inserido (ACCIOLY, 2009). Nessa perspectiva, é de extrema importância que o ambiente alimentar escolar seja regulado com o intuito de ser um auxiliar na promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável (SILVA; TORAL, 2018). No Distrito Federal, a Lei nº 5.146, de 19 de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 36.92, de 23 de novembro de 2015, propõe diversas diretrizes com esse objetivo, como: a proibição do comércio e propaganda de diversos alimentos disponibilizados nas cantinas, sendo eles doces e balas no geral, refrigerantes e bebidas artificiais, salgadinhos tipo snacks e frituras (DISTRITO FEDERAL, 2015).

Com a declaração de pandemia da COVID-19 em março de 2020, foram suspensas as atividades escolares presenciais no Distrito Federal como medida preventiva pelo Decreto nº 40.509, de março de 2020 (BRASÍLIA, 2020) a março de 2021, para as instituições privadas, e de março de 2020 a agosto de 2021 para as públicas. A partir destas datas, foi autorizada a

retomada das aulas presenciais de forma gradativa e escalonada, seguindo as recomendações de biossegurança como o distanciamento social e o uso obrigatório de máscaras (BRASÍLIA, 2021a; BRASÍLIA, 2021b).

Com a referida suspensão das atividades presenciais nas escolas públicas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) acabou sendo fragilizado, não apenas no Distrito Federal, mas em todo o país (RIBEIRO-SILVA *et al*, 2020). De acordo com o Censo Escolar de 2020, aproximadamente 450 mil alunos da rede pública da educação básica do Distrito Federal tem as refeições escolares como garantia ou complemento da alimentação diária (BRASIL, 2020a), e como consequência da interrupção desse fornecimento, muitos alunos acabaram tendo sua alimentação impactada de maneira qualitativa e quantitativa (AMORIM *et al*, 2020).

Não somente as escolas públicas que têm a assistência do PNAE foram impactadas com a pandemia, mas o comércio do Brasil também. O fechamento e/ou enfraquecimento de pontos comerciais de todos os gêneros, incluindo os alimentícios, foi um dos efeitos da crise econômica vivenciada no país (OLIVEIRA; ABRANCHES; LANA, 2020). Portanto, o ambiente alimentar escolar privado também foi sujeito a alterações que são capazes de impactar na alimentação dos alunos.

Sendo assim, o objetivo deste estudo foi investigar as mudanças ocasionadas nas atividades de Educação Alimentar e Nutrição (EAN) e no ambiente alimentar das escolas públicas e privadas do Distrito Federal perante o cenário epidemiológico atual de pandemia de COVID-19.

METODOLOGIA

Antecedentes

Este estudo faz parte de pesquisa maior, de título "Ambiente alimentar escolar no Distrito Federal: associação com obesidade, escolhas e percepções alimentares de adolescentes", a qual obteve financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF, por meio do Edital 03/2018.

Caracterização do estudo

O presente estudo é do tipo transversal, que foi realizado a partir da coleta de dados online de uma amostra de escolas públicas e privadas do Distrito Federal.

Cálculo e seleção da amostra

Considerando os dados do Censo Escolar DF 2020 (DISTRITO FEDERAL, 2020), que apontam a existência de 122 escolas privadas e 684 escolas públicas, e considerando-se um grau de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%, tem-se uma amostra mínima para este estudo de 261 escolas.

Coleta de dados

Os dados foram coletados por meio de formulário eletrônico elaborado na plataforma *Forms* do *Google* contendo questões objetivas acerca do ambiente alimentar escolar das instituições e as mudanças ocorridas em virtude da pandemia da COVID-19.

Aplicação do questionário

Inicialmente, foi realizada a apresentação da presente pesquisa para a Secretaria de Educação do GDF, solicitando-se a divulgação do link do questionário aos representantes de todas as escolas públicas do Distrito Federal. Para as escolas privadas, o contato foi realizado via e-mail destinado ao sindicato das escolas particulares e aos representantes dessas instituições com o envio de um ofício referente à pesquisa e solicitando o preenchimento do questionário (Anexo). O formulário foi disponibilizado para respostas entre 18 e 29 de Março de 2022.

O questionário foi subdividido em seções, com questões de caráter objetivo (múltipla escolha). Na primeira seção, foram solicitadas informações sobre o respondente (nome, cargo) e sobre a escola: nome, se era pública ou privada, e as modalidades de ensino oferecidas (infantil/fundamental/médio/jovens e adultos). Investigou-se ainda sobre a oferta da modalidade de horário integral, a presença de cantinas e/ou restaurantes, e a presença de nutricionista (apenas no caso das escolas privadas, por entender que as escolas públicas contam com nutricionistas do programa de alimentação escolar) na escola. Entre as escolas públicas, foi perguntado se faziam parte do Programa Saúde na Escola.

A seção seguinte investigou sobre a realização de atividades de educação alimentar e nutricional, explorando as estratégias adotadas durante a pandemia e 2 anos após o seu início, nos casos em que estas são realizadas nas escolas. Na última seção, explorou-se mais sobre as possíveis mudanças no ambiente alimentar escolar entre antes da pandemia e a 2 anos após o seu início, quanto os aspectos: tempo de intervalo destinado para a realização da alimentação, presença de ambulantes nas proximidades das escolas, local onde as refeições são realizadas,

fechamento das cantinas, alteração no valor dos alimentos comercializados e fornecimento das refeições durante a pandemia.

Análise dos dados

Foi realizada a limpeza do banco de dados obtido a partir do *Forms* do *Google* em planilhas do Excel. Foram realizadas análises descritivas, com medidas de tendência central, e comparações entre as situações relatadas para o período de pandemia e para o período 2 anos após o seu início, e entre os cenários de escolas públicas versus privadas.

Aspectos éticos

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. Todos os participantes preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes de responderem o questionário da pesquisa.

RESULTADOS

Participaram do estudo representantes de 274 escolas, sendo 259 públicas (94,5%) e 15 privadas (5,5%). Os cargos dos participantes mais predominantes foram de Diretor/Vice-diretor/Supervisor (86,1%) e Outros (6,2%), onde estão inseridos cargos como técnico de gestão educacional, apoio, nutricionista e coordenação escolar (Tabela 1). A maioria das escolas oferecia Ensino Fundamental (51,5%) e Infantil (33,2%) e 71 escolas (25,9%) ofereciam a modalidade integral. Verificou-se a presença de cantinas em 28 escolas públicas (10,8%). A maioria das escolas privadas participantes oferecia restaurantes e/ou cantinas para os alunos (80,0%). Entre as escolas privadas, seis instituições referiram ter nutricionista própria (40%), oito com nutricionistas de empresa terceirizada (53,3%) e apenas uma instituição não possui nutricionista (6,7%). Entre as escolas públicas, 158 (61,0%) referiram ser participantes do Programa Saúde na Escola.

Tabela 1. Caracterização dos participantes da presente pesquisa e de suas instituições. Distrito Federal, 2022.

Variável	Total		Pública		Privada	
	n	%	n	%	n	%
<i>Cargo dos participantes:</i>						
Diretor/Vice-diretor/Supervisor	236	86,1	225	86,7	11	73,3
Chefe de Secretaria	11	4	11	4,2	-	-
Professor	10	3,6	10	3,9	-	-
Outros	17	6,2	13	4,9	4	26,6
<i>Modalidades de Ensino:</i>						
Infantil	130	33,2	115	44,4	15	100
Fundamental	202	51,5	191	73,7	11	73,3
Médio	42	10,7	33	12,7	9	60
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	18	4,6	18	6,9	-	-
<i>Presença da modalidade integral</i>						
<i>Sim</i>	71	25,9	60	23,2	11	73,3
<i>Não</i>						
<i>Presença de cantina/restaurante:</i>						
Somente cantina	33	12,0	28	10,8	5	33,3
Somente restaurante	0	0	0	0	0	0

restaurante						
Cantina e Restaurante	8	2,9	1	0,4	7	46,7
Não	233	85,0	230	88,8	3	20,0

Constatou-se que somente as escolas públicas (23,9%; 62 escolas) responderam que não são realizadas atividades de EAN na instituição, independente da pandemia. Entre as 215 escolas que referiram realizar atividades de EAN, foi verificado que, durante o período de pandemia, em que as aulas estavam remotas, 116 escolas (54,0%) permaneceram com essas atividades e 99 (46,0%) não deram continuidade. Já no momento atual, ou seja, 2 anos após o seu início, 212 escolas (77,4% do total de participantes) referiram realizar atividades de EAN.

Tabela 2. Relato da realização de atividades de EAN durante a pandemia de COVID-19 e 2 anos após o seu início entre escolas públicas e privadas. Distrito Federal, 2022.

Realização de atividades de EAN	Pública		Privada	
	n	%	n	%
<i>Durante a pandemia:</i>				
Sim	111	55,5	5	33,3
Não	89	44,5	10	66,7
<i>2 anos após o início da pandemia:</i>				
Sim	197	76,1	15	100
Não	62	23,9	-	-

Durante o período de pandemia de COVID-19, o uso de plataformas digitais (YouTube, Spotify, Instagram, Facebook etc) foi mencionado como principal recurso para as atividades de EAN (36,4% das escolas), além da elaboração de vídeos (26,3%) e *lives* (18,6%). Também foram utilizadas outras estratégias como palestras (12,1%) e filmes (6,5%).

Já as principais atividades referidas de EAN realizadas 2 anos após o início da pandemia nas instituições foram: atividades interdisciplinares (17,6%), treinamento de professores/merendeiras (15,5%), palestras (12,2%), hortas (11,1%), apresentações sobre a pirâmide alimentar (8,5%), envolvimento educacional com os familiares (8,2%). Outras atividades menos citadas mas que também ocorrem nas escolas como oficinas culinárias (7,1%), teatros (5,3%), , elaboração de materiais informativos e de audiovisual (4,8%) e apresentação sobre o Guia Alimentar para a População Brasileira (3,1%) gincanas (1,2%).

Verificou-se que com o retorno das aulas presenciais 27,0% das escolas não restringiram o tempo destinado à realização de refeições nas escolas quando comparado com o tempo destinado antes da pandemia. (Tabela 3). Além disso, observou-se que a presença de ambulantes também não sofreu grandes alterações, com um aumento de menos de 3% nesse relato entre os participantes.

Tabela 3. Modificações no ambiente alimentar escolar durante a pandemia e 2 anos após o seu início quanto ao tempo destinado à realização de refeições e quanto à presença de ambulantes, antes e depois da pandemia. Distrito Federal, 2022.

Variável	Pandemia		2 anos após o início da pandemia	
	n	%	n	%
<i>Tempo para refeições:</i>				
10-15 minutos	87	31,8	80	29,2
20 minutos	131	47,8	85	31,0
30 minutos	56	20,4	35	12,8
Não houve restrição de horário	-	-	74	27
<i>Presença de ambulantes:</i>				
Sim	228	83,2	235	85,8
Não	46	16,8	39	14,2

Durante a pandemia, as refeições eram realizadas majoritariamente na sala de aula (57,7%), no refeitório (32,8%) e na área de cantina (16,1%). Com a volta das aulas presenciais, 30 escolas (10,9%) passaram a utilizar a sala de aula como novo local para as refeições, 17 escolas (6,2%) o refeitório, 8 escolas (2,9%) a área externa da instituição e 7 escolas (2,6%) a área de cantina.

Foi observado nos relatos dos participantes que 9 instituições (3,3%) relataram que, com a volta das aulas presenciais, as cantinas não continuaram abertas e 8 escolas (2,9%) relataram que houve aumento dos preços dos alimentos comercializados nas cantinas.

Sobre o fornecimento de refeições durante o período de pandemia para os alunos que estudam nas instituições públicas, verificou-se que a utilização de cestas verdes foi a estratégia mais utilizada, mencionada pelos representantes de 218 escolas públicas (84,2%), kits de alimentação em 58 escolas (22,4%), repasse financeiro com 36 escolas (13,9%) e apenas 7 escolas (2,7%) não souberam responder. Vale ressaltar que também foram usadas estratégias de combinação dessas já citadas.

DISCUSSÃO

Este estudo traz informações recentes e originais sobre o ambiente alimentar escolar e as modificações neste que podem ser atribuídas à situação de pandemia de COVID-19. A presença de cantinas tanto nas escolas públicas (em aproximadamente 15%) quanto nas privadas (80%) para o comércio de alimentos está alinhado ao encontrado em um estudo em que se investigaram as cantinas escolares do Distrito Federal e constatou-se que a presença de cantinas em instituições públicas é mais comum do que se espera, representando 56% da amostra (PORTO *et al*, 2015). Além disso, outro fato observado por Porto e colaboradores foi a alta prevalência de alimentos com elevada densidade energética e baixa qualidade nutricional comercializados nas cantinas escolares como: refrigerantes, salgados assados (recheados com embutidos), chocolates e doces em geral.

Diante desse cenário, é de extrema importância que o ambiente alimentar das escolas seja modificado para transformá-lo em promotor de saúde para os seus estudantes, principalmente em relação à sua alimentação (HENRIQUES *et al*, 2020). Dessa forma, fatores como a presença do nutricionista para as escolas privadas em quase sua totalidade (93,3%) e, a priori, também nas escolas públicas como responsáveis técnicos do Programa de Alimentação Escolar do GDF, bem como a participação de aproximadamente 60% escolas públicas no Programa Saúde do Escolar (PSE), tendem a contribuir positivamente com o ambiente alimentar e com a saúde dos escolares. O nutricionista exerce atividades nas escolas

como: planejamento de refeições, elaboração de atividades de EAN e coleta e monitoramento dos dados antropométricos (SOUZA *et al*, 2017). Já o PSE é uma política intersetorial que visa “contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde”. Dentre essas ações estão incluídas atividades como avaliação nutricional dos alunos e promoção da alimentação adequada e saudável (BRASIL, 2007).

Para promover práticas alimentares saudáveis entre os escolares, as atividades de EAN entram como uma das estratégias fundamentais nas escolas no enfrentamento dos problemas nutricionais. Essas visam, desde cedo, estimular a autonomia alimentar e a formação de hábitos saudáveis em todas as fases da vida (BRASIL, 2012). O âmbito escolar é bastante propício para a realização das ações de EAN, por se tratar de um ambiente em que os alunos passam grande parte do seu dia e que é capaz de envolver toda a comunidade, como pais, alunos e professores (BEZERRA *et al*, 2015). Contudo, este estudo mostrou que cerca de um quarto das escolas não realizam atividades de EAN, independente da pandemia de COVID-19, evidenciando que este período escolar, marcado por grandes aprendizados pode não estar sendo aproveitado para a formação de hábitos alimentares saudáveis. (OLIVEIRA *et al*, 2018b).

Durante a pandemia, inúmeros foram os desafios enfrentados por estudantes e professores, sendo o ensino à distância um deles. Apesar disso, cerca de 42% das instituições participantes conseguiram dar continuidade e manter as atividades de EAN durante esse período de isolamento social e ensino remoto. Neste cenário, as ações tiveram que se reinventar e serem trazidas para o universo digital (FREITAS; GONÇALVES, 2020). Segundo Freitas e Gonçalves (2020), ações como a elaboração de vídeos curtos, jogos interativos com a temática de alimentação saudável e utilização de plataformas digitais como o Youtube também foram algumas das estratégias utilizadas no decorrer da pandemia (FREITAS; GONÇALVES, 2020), algo condizente com os achados desta pesquisa. Santos e colaboradores (2022) também encontraram resultados similares ao comparar diversos estudos em que a tecnologia foi utilizada como meio para a realização de atividades de EAN, onde se observou o uso das redes sociais e plataformas digitais, além de haver uma boa aceitação por parte do público (SANTOS *et al*, 2022).

Entre as atividades atuais de EAN mais frequentemente citadas pelos participantes, destacam-se as interdisciplinares, treinamentos de profissionais, palestras e hortas, sendo que, com exceção das palestras, todas estão alinhadas às diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas apresentadas pela Portaria Interministerial nº 1010 de

2006 (BRASIL, 2006). Cabe destacar que as hortas acabam atuando também como atividades interdisciplinares, pois trazem diversas abordagens possíveis sobre conteúdos como de ciências, geografia e matemática (BRASIL, 2012). Estudos mostram que como consequência do uso dessa atividade nas escolas há um aumento da aceitação dos alimentos plantados pelos alunos, principalmente quando aliada à elaboração de receitas com estes alimentos, sendo assim uma boa estratégia, bastante conveniente de ser aplicada com os estudantes no intuito de estimular o consumo de hortaliças (SILVEIRA-FILHO *et al*, 2011).

Por outro lado, a realização de palestras não é considerada adequada em especial para o público escolar, por se tratar de um método passivo e expositivo. Ottoni e colaboradores (2019), além de também constatarem a predominância por esse tipo de abordagem metodológica nas ações de EAN em escolas brasileiras, citam como possível explicação para isso o fato de que o estudo da EAN é frequentemente contaminado pelo modelo biomédico tradicional, passado na transmissão de informações de forma passiva. Oliveira e colaboradores (2018a), que avaliaram diversos estudos acerca dessa temática, evidenciaram que atividades/aulas dialogadas, jogos lúdicos, dramatização, oficinas e videoaulas possuem boa aceitação por partes dos alunos, pois se sentem mais atraídos, aumentando consequentemente a compreensão dos assuntos trabalhados, apesar de terem sido menos citadas como ações de EAN nas escolas participantes nesta pesquisa.

Outra atividade também presente nas escolas participantes é a utilização da Pirâmide Alimentar, assim como observado por Ottoni e colaboradores (2019). Apesar disso, aconselha-se que as recomendações sobre alimentação e hábitos saudáveis sejam baseadas no Guia Alimentar para a População Brasileira, como já vem sendo feito em algumas das escolas. Este foi formulado para ser utilizado como base para as atividades de EAN de qualquer setor, incluindo as escolas (BRASIL, 2014).

No que se refere às mudanças ocorridas dentro do ambiente alimentar escolar em consequência da pandemia, tem-se que a variável do tempo destinado às refeições. O Guia Alimentar para a População Brasileira recomenda que as refeições sejam feitas com atenção e sem pressa, de forma a ter um controle natural dos níveis de saciedade e a quantidade de comida ingerida (BRASIL, 2014). Esse cuidado com a alimentação escolar por parte dos gestores deve ser levado em consideração de forma a garantir minimamente uma alimentação adequada e dessa maneira contribuir com a saúde dos alunos.

A crise econômica brasileira em tempos de pandemia levou a um aumento das taxas de desemprego do país, e como consequência disso, houve também um crescimento na área do emprego informal (COSTA, 2020). Apesar disso, a presença de ambulantes foi uma

variável que não sofreu grandes mudanças com o retorno presencial das atividades escolares. Presentes em aproximadamente 86% das escolas participantes, sabe-se que esses pontos de vendas considerados “móveis” comercializam alimentos de baixa qualidade nutricional e, em sua grande maioria, alimentos ultraprocessados e, por estarem muito próximos do ambiente escolar, o consumo por parte dos alunos acaba sendo incentivado (LEITE *et al*, 2012).

Segundo a PeNSE de 2019, cerca de 48% dos alunos da rede pública de ensino consomem os alimentos disponíveis em pontos alternativos e/ou cantinas escolares, sendo que esse valor pode chegar a 72% no que se refere às escolas privadas (IBGE, 2021). Dessa forma, é preciso reforçar ainda mais a conscientização dos alunos por meio das atividades de EAN para que assim, a formação de hábitos saudáveis seja garantida (LEITE *et al*, 2012).

O local onde as refeições são realizadas também foi outro fator que se modificou com a volta às aulas. Sabe-se que o estado decretado de pandemia ainda está mantido, então as normas de segurança devem continuar sendo seguidas com o intuito de conter a propagação do vírus. Diante disso, as escolas passaram a utilizar a sala de aula, o refeitório, a área externa e área de cantina como novos locais de refeição, visando conter possíveis aglomerações e utilizando de ambientes com maior circulação de ar (FIOCRUZ, 2020).

Outra problemática advinda da pandemia de COVID-19 foi o aumento da insegurança alimentar e nutricional não somente no Brasil mas no mundo inteiro. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, 1,5 bilhão de estudantes ao redor do mundo acabaram sendo afetados principalmente devido ao fechamento das escolas e universidades. Uma das consequências disso é que muitos alunos perderam a única refeição balanceada que tinham no dia (IBGE, 2021). Isso se deu em virtude da suspensão do fornecimento das refeições do Programa Nacional de Alimentação Escolar aos estudantes (PNAE), que tem como objetivo oferecer refeições que supram as necessidades nutricionais dos indivíduos durante o período letivo (BRASIL, 2009).

Como alternativa para garantir o acesso aos alimentos e dar continuidade à distribuição de refeições, foram identificadas alternativas adotadas pelas escolas, como cestas verdes, kits de alimentação e repasse financeiro durante a suspensão das aulas presenciais. Para que isso fosse possível de acontecer, através da Lei nº 13.987 de 07 de abril de 2020, ficou autorizado “a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas da educação básica” (BRASIL, 2020b).

Uma das diretrizes do programa é a aquisição de uma parte dos alimentos advindos da agricultura familiar e de produtores rurais locais (BRASIL, 2009). Assim, para que houvesse

o cumprimento desse princípio, as escolas relataram a entrega das cestas verdes através da Secretaria de Educação. Então, além de ter contribuído com a renda dos produtores rurais, também garantiu o acesso das famílias aos alimentos *in natura* e minimamente processados (AMORIM *et al*, 2020). Os kits de alimentação também devem obedecer o princípio de oferta de alimentos saudáveis e adequados. Espera-se que a composição desses kits seja feita de alimentos básicos (arroz, feijão, macarrão, biscoito, fubá, leite, pó de café e/ou óleo). Porém, conforme o estudo de Sperandio e Moraes (2021), notou-se que em muitos locais foram distribuídas cestas básicas prontas, que são comercializadas em mercados ao invés de serem montadas individualmente com os produtos mencionados, ferindo o pilar do programa (SPERANDIO; MORAIS, 2021).

De acordo com Gurgel e colaboradores (2020), no Distrito Federal o repasse financeiro foi uma tática usada para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população em questão. Apesar dessa ação ser utilizada com o intuito de contribuir com o acesso dos alunos à assistência do programa, ela não é capaz de assegurar a qualidade nutricional e a quantidade dos alimentos que serão adquiridos com o valor repassado às famílias, sendo passível de violação das diretrizes do PNAE de fornecimento de uma alimentação adequada e saudável (GURGEL *et al*, 2020).

Este estudo apresenta algumas limitações. Apesar das estratégias voltadas para o recrutamento de escolas privadas, a participação destas foi pequena, limitando possíveis comparações entre as mesmas. Não foi possível realizar a investigação do conteúdo dos kits de alimentação recebidos pelas escolas participantes da pesquisa, bem como dos alimentos oferecidos pelas escolas em suas cantinas ou restaurantes. Estes aspectos devem ser investigados em pesquisas futuras, de modo a ampliar a caracterização dos ambientes alimentares escolares e relacioná-los aos impactos da pandemia.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é notório que as ações de EAN e o ambiente alimentar escolar tanto das escolas públicas quanto das escolas privadas sofreram mudanças como consequência da pandemia de COVID-19. Dentre essas mudanças estão incluídas desde a realização das atividades de EAN que de presenciais foram para o espaço virtual, compreendendo também o tempo e o local disponíveis para a realização das refeições e principalmente o quesito da distribuição de refeições e alimentos aos estudantes durante esse período de pandemia, essencial para a garantia da segurança alimentar e nutricional dos indivíduos.

O ambiente alimentar envolve diversas variáveis que contribuem com a educação e com a formação de hábitos dos estudantes, e dessa forma é imprescindível que este seja regulado e que promova o bem estar e qualidade de vida dos seus frequentadores. Entende-se que estudos como este representam contribuições para o delineamento de ações educativas voltadas aos escolares, visando a modificação dos ambientes alimentares escolares para torná-los espaços promotores de alimentação adequada e saudável.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, E. **A escola como promotora da alimentação saudável**. Ciência em tela, Rio de Janeiro: UFRJ, v.2, n.2, 2009.

AMORIM, A. L. B. *et al.* **Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19**. Revista de Administração Pública [online], v. 54, n. 4, 2020.

BRASIL. **Decreto n. 6.286 de 05 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola-PSE e dá outras providências. Brasília, 2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2020**: Resultados: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. 2020a.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.987, de 07 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Brasília, 2020b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Portaria Interministerial Ministério da Saúde / Ministério da Educação nº 1.010, de 08 de Maio de 2006**. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASÍLIA. **Decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências, Brasília, 11 março de 2020.

BRASÍLIA. **Decreto nº 41.869, de 05 de março de 2021**. Altera o Decreto nº 41.849, de 27 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19 (Sars-Cov-2), e dá outras providências. Brasília, 05 março de 2021a.

BRASÍLIA. **Parâmetros para a retomada das atividades presenciais nas unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal no ano letivo 2º/2021**. Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF); 2021b.

COSTA, S. S. **Pandemia e desemprego no Brasil**. Revista de Administração Pública, v. 54, p. 969-978, 2020.

DANTAS, R. R.; SILVA, G. A. P. **O papel do ambiente obesogênico e dos estilos de vida parentais no comportamento alimentar infantil**. Revista Paulista de Pediatria, v. 37, n. 3, p. 363-371, 2019.

BEZERRA, K. F. *et al.* **Conhecimento e abordagem sobre alimentação saudável por professores do ensino fundamental**. Demetra: alimentação, nutrição & saúde, v. 10, n. 1, p. 119-131, 2015.

DISTRITO FEDERAL. **Censo Escolar 2020**. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Brasília - DF; 2020.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 5.146 de 19 de agosto de 2013.** Estabelece diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas da rede de ensino do Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal. 21 de agosto de 2013.

FIOCRUZ. **Contribuições para o retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia Covid-19.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **School food and nutrition framework.** Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations; 2019.

FREITAS, S. M. de; GONÇALVES, E. C. B. de A. **Educação alimentar e nutricional nas escolas e a pandemia de Covid-19: um novo desafio.** RAÍZES E RUMOS, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 180–188, 2020.

GURGEL, A. do M. *et al.* **Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil.** Ciência & saúde coletiva, v. 25, p. 4945-4956, 2020.

HENRIQUES, P. *et al.* **Ambiente alimentar do entorno de escolas públicas e privadas: oportunidade ou desafio para alimentação saudável?** Ciência & Saúde Coletiva. v. 26, n. 08 , pp. 3135-3145, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2019.** Rio de Janeiro: IBGE; 2021.

LEITE, F. H. *et al.* **Availability of processed foods in the perimeter of public schools in urban areas.** Jornal de Pediatria.88, 4, 328-334. 2012.

MONTEIRO, C.A. *et al.* **Ultra-processed foods, diet quality, and health using the NOVA classification system.** Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations; 2019.

OLIVEIRA, A. M. *et al.* **Metodologias ativas de ensino e aprendizagem na educação alimentar e nutricional para crianças: uma visão nacional.** RBONE - Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento, v. 12, n. 73, p. 607-614, 2018a.

OLIVEIRA, F.A. *et al.* **O papel da alimentação saudável no processo de desenvolvimento infantil e a responsabilidade do professor no quesito formação de hábitos saudáveis.** Revista de Humanidade. Tecnologia e Cultura. Vol. 8. Num.1. p.1-7, 2018b.

OLIVEIRA, T. C.; ABRANCHES, M. V.; LANA, R. M. **Food (in) security in Brazil in the context of the SARS-CoV-2 pandemic.** Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 4, 2020.

OTTONI, I. C. *et al.* **Educação alimentar e nutricional em escolas: uma visão do Brasil.** DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde, v. 14, p. 38748, 2019.

PORTO, E. B. S. *et al.* **School canteens in the Federal District, Brazil and the promotion of healthy eating.** Revista de Nutrição, v. 28, p. 29-41, 2015.

RIBEIRO-SILVA, R. C. *et al.* **Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2020, v. 25, n. 9, pp. 3421-3430.

SANTOS, A. L. *et al.* **Educação Alimentar e Nutricional: Ações realizadas por meio das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICS) durante a pandemia do COVID-19.** Graduação em Movimento-Ciências da Saúde, v. 1, n. 1, p. 101-101, 2022.

SILVA D, S; TORAL, N. **Perfil de la alimentación ofrecida en las cantinas escolares y sus reglamentaciones en Brasil.** Rev. chil. nutr., Santiago, v. 45, n. 4, p. 393-399, dic. 2018.

SILVEIRA-FILHO, J. *et al.* **Horta Orgânica Escolar Como Alternativa de Educação Ambiental e de Consumo de Alimentos Saudáveis para Alunos das Escolas Municipais de Fortaleza, Ceará, Brasil.** Cadernos de Agroecologia, v. 6, n. 2, dez. 2011.

SOUZA, A. A. de *et al.* **Atuação de nutricionistas responsáveis técnicos pela alimentação escolar de municípios de Minas Gerais e Espírito Santo.** *Ciência & Saúde Coletiva* [online]v. 22, n. 2 , pp. 593-606, 2017.

SPERANDIO, N.; MORAIS de C., D.. **Alimentação escolar no contexto de pandemia: a ressignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar.** *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 28, p. e021006-e021006, 2021.

WOGNSKI, Ana Claudia Pereira *et al.* **Comercialização de alimentos em cantinas no âmbito escolar.** *Brazilian Journal of Food Technology*, Campinas, v. 22, p.1-12, 2019.

Anexo - Ofício de divulgação



Ofício nº 3/2022/FS / NUT

Brasília, 21 de março de 2022.

Aos Diretores de escolas particulares do Distrito Federal

Assunto: colaboração para pesquisa sobre ambiente alimentar escolar no Distrito Federal.

Senhores Diretores,

Gostaria de contar com sua cooperação para uma das etapas da pesquisa "Ambiente alimentar escolar no Distrito Federal: associação com obesidade, escolhas e percepções alimentares de adolescentes". Trata-se de estudo sob minha coordenação, financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (FS/UnB) e pela Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação - EAPE/SEE/GDF. O objetivo é investigar as mudanças ocasionadas no ambiente alimentar das escolas públicas e privadas do Distrito Federal perante o cenário epidemiológico atual de pandemia de COVID-19. A pesquisa é distrital, on-line, anônima, sigilosa e o público-alvo são os representantes de todas as escolas públicas e privadas do Distrito Federal. Solicito, então, a gentileza de preencher o formulário disponível em: <https://forms.gle/EkZRHtbMdqzbln49> ou mesmo encaminhar este link para funcionários de sua escola que possam oferecer tais informações.

Quaisquer informações adicionais que forem necessárias podem ser solicitadas a esta coordenação pelo e-mail natachatoral@unb.br ou telefone (61) 98138-8879.

Cordialmente,

Profa. Dra. Natacha Toral
Departamento de Nutrição
Universidade de Brasília



Documento assinado eletronicamente por **Maria Natacha Toral Bertolin, Coordenador(a) de Graduação do Departamento de Nutrição da Faculdade de Ciências da Saúde**, em 21/03/2022, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7870972** e o código CRC **8058A05A**.

Referência: Processo nº 23106.028847/2022-90

SEI nº 7870972

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Gleba A, Brasília/DF, CEP 70910-900
Telefone: - <http://www.unb.br>